



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORMAÇO
Av. Willibaldo Koenig, 864
C.N.P.J. 92.451.038/0001-07

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 1/2023.

MUNICÍPIO DE MORMAÇO-RS

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº **1/2023**.

PROCESSO Nº **05/2023**

TIPO DE JULGAMENTO: MELHOR OFERTA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PARA
OUTORGA DE CONCESSÃO DE USO DE
ESPAÇO PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Mormaço, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que às **09:00 horas do dia 04 de maio de 2023**, na Sede da Prefeitura Municipal, localizada na Av. Willibaldo Koenig, 864, em Mormaço-RS, se reunirão o pregoeiro e equipe de apoio, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando a contratação de empresa para prestação dos serviços, inscritos nos itens abaixo, processando-se esta licitação nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17-07-2002, e do Decreto Municipal nº 039, de 03 de março de 2008, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666-93, e demais legislação pertinente.

1. 01 - DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente Licitação é a para a outorga de concessão de uso de espaço público, na forma onerosa, a pessoa jurídica de direito privado, para exploração de estabelecimento comercial de alimentação, tipo bar/lanchonete e cancha de bochas, também a conservação, limpeza e controle de horários dos jogos, no Ginásio Municipal de Esportes Leandro Gehlen, localizado na Avenida Willibaldo Koenig, nº 1365, Bairro Centro, neste Município, conforme este Edital, seus Anexos e Minuta de Contrato, que fazem parte desta licitação.
- 1.2. A concessão de uso será pelo prazo de 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses, conforme na forma da lei e se houver interesse do Município.

2. DOS ANEXOS AO EDITAL

2.1 Integram o presente Edital, de forma indissociável, os seguintes Anexos:

- a. Anexo I – Projeto Básico
- b. Anexo II – Minuta do Contrato
- c. Anexo III - Modelo de documentos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORMAÇO
Av. Willibaldo Koenig, 864
C.N.P.J. 92.451.038/0001-07

d. Anexo IV – Modelo de Proposta Financeira

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar da presente licitação toda e qualquer pessoa física ou jurídica que esteja atuando no ramo de atividade relacionada e que atenda às condições do presente edital.

3.2 Fica vedada a participação, na licitação:

- i. De empresas constituídas em consórcio;
- ii. De pessoas naturais reunidas em cooperativa de trabalho, ou qualquer outra forma de associação.
- iii. Declaradas inidôneas ou impedidas de contratar com qualquer pessoa jurídica de direito público e suas respectivas entidades de administração direta e indireta;
- iv. Enquadradas nas disposições contidas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

4 DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

4.1 DAS CONDIÇÕES GERAIS

4.1.1 Serão admitidas certidões obtidas pela internet, desde que tenham sido emitidas por sites oficiais e cujo documento contenha a indicação do site onde poderá ser verificada a autenticidade da informação.

4.1.2 Todos os documentos entregues sob forma de reprodução gráfica deverão ser autenticados em Cartório ou autenticados por servidor da Administração Municipal lotado no Setor de Licitações, sito à Rua Júlio de Castilhos, nº 380, Centro, Estrela. A autenticação por servidor da Administração Municipal poderá ser realizada até às 08h30min da data aprazada para a abertura dos envelopes de Habilitação.

4.2 DO CREDENCIAMENTO NA LICITAÇÃO

4.2.1 As pessoas jurídicas interessadas poderão nomear, através do instrumento legal, representante devidamente credenciado, atribuindo-lhe poderes para participar de todos os atos necessários à licitação, conforme modelo apresentado no **Anexo III.A**, devidamente acompanhado de documento que comprove os poderes do outorgante (cópia do contrato social autenticada, devendo o outorgado apresentar juntamente um documento de identidade.

4.2.1.1 No caso em que os administradores não constem do contrato social, também deverá ser apresentado documento de eleição de seus administradores.

4.2.2 O credenciamento do Licitante e de seu representante legal implica na responsabilidade legal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORMAÇO
Av. Willibaldo Koenig, 864
C.N.P.J. 92.451.038/0001-07

pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização de todos os procedimentos inerentes à Licitação.

- 4.2.3 Caso o representante seja sócio ou o proprietário, deverá apresentar, juntamente com um documento de identidade, cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social e todas as suas alterações (ou a Consolidação Contratual), devidamente registrados na Junta Comercial ou órgão competente, dando os poderes para participar de licitações e firmar contratos com órgãos públicos.
- 4.2.4 A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada fora dos envelopes, juntamente com uma cópia do contrato.
- 4.2.5 O licitante credenciado deverá apresentar, obrigatoriamente, cópia da cédula de identidade ou o documento original.
- 4.2.6 Todos os documentos referentes ao credenciamento ficarão retidos e serão juntados ao Processo Licitatório, com exceção do documento original de identidade.

4.3 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- I. Para Firma Individual, registro comercial onde conste o objeto.
- II. Para Sociedades Comerciais, apresentar ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial.
- III. Para Sociedades por Ações, apresentar ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, devidamente registrado na Junta Comercial.
- IV. Para Sociedades Civis, apresentar ato constitutivo, e respectiva inscrição acompanhada de prova da diretoria em exercício.
- V. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- VI. 5.3.1.1. O contrato social ou ato constitutivo mencionado anteriormente deverá ser apresentado com todas as alterações ou apresentada a Consolidação Contratual.

4.4 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ;
- II. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Secretaria da Receita Federal e Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORMAÇO
Av. Willibaldo Koenig, 864
C.N.P.J. 92.451.038/0001-07

único do art. 11 da lei nº 8.212/91);

- III. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da Licitante;
- IV. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da Licitante;
- V. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal relativo à sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- VI. Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- VII. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

4.5 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- I. O documento relativo à habilitação econômico-financeira é constituído por Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da Pessoa Física/Jurídica, conforme o caso, com data de expedição não superior a 60 dias da data de abertura da habilitação.

4.6 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 4.6.1 Para habilitação técnica deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a. Declaração de que vistoriou o local e tomou pleno conhecimento das condições onde serão desenvolvidos os trabalhos, conforme modelo do Anexo III.C do presente Edital.
- b. Declaração de atendimento ao disposto no artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, mediante declaração firmada sob as penas da lei, cujo modelo encontra-se no Anexo III.B do presente Edital.

4.7 DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS

- 4.7.1 O julgamento das propostas das licitantes dar-se-á pela maior oferta, nos termos do artigo 45, § 1º, inciso IV da Lei 8.666/93.
- 4.7.2 O ENVELOPE N.º 02 deverá conter a respectiva proposta financeira de cada licitante, apresentada de acordo com o modelo constante no **Anexo IV** deste Edital.
 - 4.7.2.1 A proposta deverá ser apresentada sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, redigidas em linguagem clara; assinada pelo **representante legal** da empresa, constando a Razão social completa da empresa, endereço atualizado e CNPJ, nome completo do licitante e endereço atualizado. Os valores deverão ser expressos em Reais, em no máximo duas casas decimais.
 - 4.7.2.2 Na proposta deverá constar, obrigatoriamente, o **valor de oferta** proposto para a outorga.
- 4.7.3 O julgamento das propostas ocorrerá conforme estipulado no **item 5.4** deste Edital.
- 4.7.4 O **valor mínimo** a ser ofertado pela Licitante é de **R\$ 800,00 (oitocentos reais) por mês**.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORMAÇO
Av. Willibaldo Koenig, 864
C.N.P.J. 92.451.038/0001-07

- 4.7.4.1 Serão desclassificadas as propostas que apresentarem valores de oferta inferiores ao valor mínimo estipulado neste Edital.
- 4.7.5 A proposta financeira deverá ser apresentada em 01 (uma) via, devidamente firmada pelo representante legal da licitante.
- 4.7.6 Ocorrendo divergência entre valores numéricos e seus respectivos extensos, prevalecerão estes últimos.

5 DOS PROCEDIMENTOS DO PROCESSO LICITATÓRIO

5.1 Disposições Diversas

- 5.1.1 O presente Edital estabelece os procedimentos administrativos da licitação, bem como estipula as condições e o regime jurídico da concessão, definindo as normas que vigorarão durante todo o prazo da concessão.
- 5.1.2 As impugnações ao edital serão recebidas na forma e prazos previstos no Art. 41 da Lei 8666 e alterações.
- 5.1.3 Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal, subscritas por representantes não habilitados, enviadas por e-mail ou qualquer outro meio que não seja protocolado no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Mormaço.
- 5.1.4 Na hipótese de eventual conflito interpretativo, serão considerados os dispositivos dos seguintes documentos: lei, edital, minuta de contrato e os anexos e eventuais alterações.
- 5.1.5 Todas as alterações ao Edital serão publicadas na imprensa oficial e/ou no endereço eletrônico <https://www.mormaco.rs.gov.br>.

5.2 Da Apresentação dos Documentos

- 5.2.1 Os licitantes interessados em participar da Licitação deverão apresentar no endereço indicado, no dia e hora fixados no preâmbulo deste Edital a documentação dirigida à Comissão de Licitação em 2 (dois) envelopes fechados e indevassáveis, contendo no primeiro os documentos de habilitação e no segundo os documentos da proposta financeira, conforme sugestão a seguir:

Prefeitura Municipal de MORMAÇO

ENVELOPE N° 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA N° . . .

LICITANTE (Razão Social completa da Empresa)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORMAÇO
Av. Willibaldo Koenig, 864
C.N.P.J. 92.451.038/0001-07

Prefeitura Municipal de MORMAÇO

ENVELOPE N° 02 - PROPOSTA FINANCEIRA

CONCORRÊNCIA N° . . .

LICITANTE (Razão Social completa da Empresa)

5.2.2 Todos os documentos deverão ser entregues grafados na língua portuguesa e de forma legível.

5.2.3 A documentação deverá ser apresentada em original ou cópia submetida a processo de autenticação, sem emendas ou rasuras.

5.3 Do Recebimento da Documentação

5.3.1 Na sessão de abertura, as empresas participantes poderão se fazer representar diretamente por um diretor ou por um dos seus sócios ou, indiretamente, por meio de procuração ou carta de credenciamento específica.

5.3.2 Durante os trabalhos será permitida a manifestação dos representantes legais ou credenciados das empresas participantes, que constará em ata, cabendo recurso quanto aos seus efeitos, não sendo permitidas refutações orais.

5.3.3 Para efeitos do Edital, serão consideradas inabilitadas ou desclassificadas as licitantes que deixarem de apresentar quaisquer documentos solicitados ou apresentá-los em desacordo com o Edital e/ou com defeitos substanciais que dificultem ou impossibilitem o seu entendimento.

5.3.4 A participação da Licitante é efetivada quando da apresentação da documentação, implicando na integral e incondicional aceitação de todos os termos e exigências do Edital, vedadas alegações posteriores de desconhecimento ou discordância de suas condições, bem como das normas regulamentares pertinentes.

5.3.5 A Licitante inabilitada ficará impedida de participar das fases subsequentes da Licitação.

5.3.6 É vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente dos Documentos de Habilitação.

5.3.7 Não serão aceitos os recursos interpostos fora do prazo legal, subscritas por representantes não habilitados, enviadas por e-mail ou qualquer outro meio que não seja protocolado no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Mormaço.

5.4 Da Abertura, Exame e Julgamento dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.4.1 No dia, hora e local indicados no preâmbulo deste edital a Comissão de Licitação, em sessão pública, proclamará recebidos os envelopes com a documentação das licitantes que tenham sido apresentados nos termos deste Edital.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORMAÇO
Av. Willibaldo Koenig, 864
C.N.P.J. 92.451.038/0001-07

- 5.4.2 Em seguida serão rubricados, ainda fechados, todos os envelopes das licitantes, pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes das licitantes presentes.
- 5.4.3 Serão abertos os envelopes nº 01, contendo os documentos de habilitação, que deverão ser rubricados pelos membros da Comissão Especial de Licitação e pelos representantes das licitantes presentes.
- 5.4.4 Será então franqueado aos proponentes o exame dos documentos, podendo qualquer um deles solicitar o registro de observação que julgar conveniente, desde que o faça no momento oportuno, anunciado pela Comissão, sendo intempestiva e, conseqüentemente, inatendível qualquer reclamação realizada fora dos prazos legais.
- 5.4.5 A Comissão pronunciará a comunicação da decisão sobre a habilitação preliminar dos participantes, sendo concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis aos licitantes para recorrerem ou não desta decisão.
- 5.4.6 Havendo a renúncia expressa de todos os licitantes presentes no certame quanto ao prazo recursal, ou decorrido este prazo, sem interposição de recurso, a Comissão procederá à abertura dos envelopes Nº 02 - Proposta Financeira das empresas consideradas habilitadas.
- 5.4.7 Os envelopes Nº 02 - Proposta Financeira das empresas porventura não habilitadas, ainda fechados, serão devolvidos ao término do procedimento licitatório.
- 5.4.8 É facultada à Comissão de Licitação, quando julgar necessário, determinar a realização de novas sessões públicas para divulgar o resultado de suas decisões.
- 5.5 Abertura, Exame e Julgamento da PROPOSTA FINANCEIRA**
- 5.5.1 Superada a etapa da fase de habilitação e satisfeitas as exigências legais, serão abertos os Envelopes 02, contendo as propostas financeiras das licitantes classificadas.
- 5.5.2 As propostas financeiras serão rubricadas pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes das licitantes presentes.
- 5.5.3 Serão verificadas as conformidades das propostas com os requisitos do Edital, sendo desclassificadas as propostas desconformes ou incompatíveis com os termos deste Edital.
- 5.5.4 Serão desclassificadas as propostas financeiras que apresentarem valores de oferta inferiores ao valor mínimo estipulado neste Edital.
- 5.5.5 Será declarada vencedora do item a proposta que apresentar a maior oferta.
- 5.5.5.1 No caso de empate, será realizado sorteio, em ato público, nos termos ao § 2º do Art. 45 da Lei 8.666/93.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORMAÇO
Av. Willibaldo Koenig, 864
C.N.P.J. 92.451.038/0001-07

5.5.6 Após o julgamento das propostas, será lavrada ata do feito que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Comissão de Licitação e licitantes presentes.

5.6 DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

5.6.1 A Comissão de Licitação, após o julgamento e classificação final das propostas e sua respectiva publicação, encaminhará o processo ao Senhor Prefeito, que poderá:

- i. Homologar e adjudicar a licitação;
- ii. Determinar a emenda de irregularidade sanável, se houver, no processo licitatório;
- iii. Revogar a licitação, por razões de interesse público;
- iv. Anular a licitação, se for o caso, por ilegalidade insanável.

5.6.2 O Prefeito de Mormaço poderá revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou declarar a nulidade da licitação se verificar ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito, devidamente fundamentado, sem que resulte para as licitantes direito de reclamar qualquer indenização, seja a que título for.

5.6.3 No caso de desfazimento da Licitação, fica assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

5.6.4 Homologada a Licitação, o objeto licitado será adjudicado à licitante vencedora.

5.7 DOS RECURSOS

5.7.1 Aos Licitantes caberá recurso das decisões proferidas pela Comissão, interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis. O recurso deverá ser formalmente protocolado no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Estrela, sito à Rua Júlio de Castilhos, 380, Centro.

5.7.2 Interposto o recurso voluntário, abrir-se-á vista do mesmo aos licitantes, dentro do prazo legal.

5.7.3 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento por escrito aos interessados.

5.7.4 Os recursos dos atos da presente licitação decorrem das disposições do artigo 109 e seguintes da Lei de Licitações, notadamente quanto à habilitação e inabilitação, julgamento das propostas, revogação e anulação do certame.

5.8 DA OUTORGA DA CONCESSÃO

5.8.1 O valor mínimo estipulado para oferta é de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por mês.

5.8.2 O pagamento da Concessão será mensal, sendo o valor conforme estipulado na Proposta de Preços apresentada pela empresa vencedora da licitação, até o 5º (quinto) dia útil do mês



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORMAÇO
Av. Willibaldo Koenig, 864
C.N.P.J. 92.451.038/0001-07

posterior ao do período de competência do encargo.

- 5.8.3 Se o pagamento não for recolhido no seu vencimento, serão cobrados encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, multa de 2% (dois por cento) ao mês nos três primeiros meses seguintes ao vencimento, 1% (um por cento) ao mês de juro de mora e correção.
- 5.8.4 O valor do aluguel referente à Concessão será reajustado anualmente, tendo como referência o Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que vier a substituí-lo, tendo como referência o mês da apresentação da proposta (mês da realização da licitação).

6 DO OBJETO E CONDIÇÕES DA CONCESSÃO

- 6.1 Constitui objeto da presente Concorrência Pública a seleção de pessoa jurídica, para outorga da Concessão de Direito Real de Uso de Espaço Físico destinado a Exploração da Bar/Lanchonete e Cancha de bochas, conforme especificado no presente Edital.
- 6.2 O acesso à Lanchonete é franqueado ao público em geral;
- 6.3 O horário de funcionamento será flexível, de segunda a domingo, em vésperas de feriado e quando houver evento do Município, conforme calendário de eventos oficial ou programações do Poder Executivo.
- 6.4 A Concessionária deverá seguir as normas sindicais, federais, estaduais e municipais, higiênico-sanitárias e os procedimentos técnicos adequados à aquisição, estocagem, pré-preparo, acondicionamento a fim de garantir as qualidades higiênico-sanitária, nutritiva e sensorial dos lanches conforme resolução ANVISA RDC nº 275 e 216 e demais legislação aplicável.
- 6.5 A Concessionária deverá manter um estoque de produtos adequados ao bom atendimento da demanda.
- 6.6 Para execução dos serviços contratados são de responsabilidade da concessionária os equipamentos, software de gerenciamento, serviço de manutenção preventiva e corretiva.
- 6.7 A limpeza da área de atendimento interno e externo e equipamentos deverá ser feita diariamente, sob responsabilidade da Concessionária.
- 6.8 O material de limpeza e a retirada do lixo são de responsabilidade da Concessionária, devendo também manter os banheiros permanentemente limpos e os recipientes de lixo permanentemente tampados.
- 6.9 A Concessionária deverá manter um programa periódico de dedetização e desratização, com a frequência necessária para manter a higiene do local, ou sempre que solicitados pela



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORMAÇO
Av. Willibaldo Koenig, 864
C.N.P.J. 92.451.038/0001-07

fiscalização sanitária do Município, ficando responsável pela preparação do local a ser dedetizado e desratizado providenciando retirada dos alimentos, utensílios, etc.

- 6.10 A Concedente deverá fornecer lixeiras com tampa móvel e sacos de plástico no interior, para toda área do estabelecimento e de acordo com as normas de coleta seletiva ou conforme determinado pela Administração;
- 6.11 A Concessionária fica obrigada a disponibilizar mesas e cadeiras suficientes ao público usuário;
- 6.12 Adquirir as suas expensas os materiais, equipamentos, utensílios, vasilhames, eletrodomésticos e mobiliários necessários ao bom funcionamento dos serviços;
- 6.13 A Concessionária não se responsabilizará por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior, bem como por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstas neste edital e no contrato a ser assinado com o Município;
- 6.14 A Concedente se reserva o direito de vistoriar os equipamentos elétricos instalados no imóvel a fim de quantificar o consumo mensal, assim como solicitar a substituição de qualquer equipamento que não estejam de acordo com os padrões mínimos de qualidade.
- 6.15 Todos os Gêneros, condimentos ou quaisquer componentes utilizados na elaboração dos lanches, bem como de seus acompanhamentos, deverão ser de primeira qualidade e apresentarem-se em perfeitas condições de preservação e dentro do prazo de validade, podendo ser fiscalizado pelos Órgãos competentes da Saúde e da Vigilância Sanitária.
- 6.16 Utilizar materiais novos, limpos e descartáveis, quando for o caso.
- 6.17 Utilizar sempre garfos, pegadores de alimentos e guardanapos de papel para manusear os alimentos.
- 6.18 Deverão ser mantidos, nos locais de trabalho, somente empregados que tenham a idade mínima permitida por lei.
- 6.19 O pessoal necessário à execução do serviço objeto da presente concessão será de exclusiva responsabilidade da Concessionária, observando a legislação trabalhista e as normas de Segurança e Higiene do Trabalho.
- 6.20 A Concessionária deverá manter um número mínimo de empregados necessários para atender e de modo satisfatório a demanda.
- 6.21 A Concessionária responderá integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município, ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independente de outras cominações contratuais e legais a que estiver sujeita.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORMAÇO
Av. Willibaldo Koenig, 864
C.N.P.J. 92.451.038/0001-07

- 6.22 Toda manutenção/reparo da lanchonete/bar e cancha de bochas será de responsabilidade da Concessionária, devendo ser mantidos os mesmos padrões de materiais e acabamentos, sendo que a manutenção abrange os seguintes itens:
- a. Água/esgoto
 - b. Energia (eletrodutos e conexões, lâmpadas, disjuntores, reatores, interruptores)
- 6.23 As manutenções mencionadas, decorrentes de tempo de uso ou fatores externos, alheios ao uso incorreto, deverão ser avaliadas pela Administração.
- 6.24 Qualquer despesa decorrente da reparação necessária na lanchonete/bar e cancha de bochas correrá a conta do contratado, sendo que será feita vistoria prévia a fim de detectar as necessidades de reparo, bem como será realizado vistoria posterior à realização dos reparos.
- 6.25 Ao término da vigência do Contrato, toda e qualquer obra, reforma ou adaptação realizadas no espaço objeto da presente licitação incorporar-se-ão automaticamente ao Patrimônio do Município, não tendo a empresa ora Concessionária qualquer direito de indenização ou ressarcimento sobre eventuais edificações ali realizadas, bem como despesas decorrentes de instalação, reforma, uso e manutenção dos bens imóveis, salvo a utilização de contêineres ou similares que seja móvel e tenha sido adimplido exclusivamente pela empresa.
- 6.26 São vedadas condutas e atividades consideradas lesivas ao Meio Ambiente na área objeto deste Edital.

7 PRAZO DA CONCESSÃO, PRORROGAÇÃO E INÍCIO DA CONTAGEM DE PRAZO

- 7.1 A vigência da presente concessão de uso será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do Contrato e prorrogável por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses, a critério do Poder Concedente e mediante a manifestação da intenção de continuidade pela Concessionária.
- 7.2 Assinado o Contrato e mediante recebimento por escrito da autorização de concessão de uso de imóvel expedida pelo município, a Adjudicada deverá iniciar suas atividades de funcionamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos.

8 PROIBIÇÕES

- 8.1 É vedado o uso do espaço concedido para atividade diversa da descrita no **Anexo I - Projeto Básico**, sem autorização prévia e expressa da CONCEDENTE.
- 8.2 É vedado transferir, ceder, emprestar ou locar o espaço objeto da Concessão para execução das atividades de que trata a Concessão.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORMAÇO
Av. Willibaldo Koenig, 864
C.N.P.J. 92.451.038/0001-07

8.3 É proibido colocar letreiros, placas, anúncios ou quaisquer outros veículos de comunicação sem expressa e prévia autorização da CONCEDENTE.

8.4 É vedado a permanência de animais nas dependências do objeto deste edital.

9 DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 Obrigações do Poder Concedente

10.1.1 Conceder área do imóvel, objeto deste Edital, à Concessionária, nos termos deste Edital.

10.1.2 Facilitar a atuação das autoridades fazendárias, sanitárias ou trabalhistas que venham a fiscalizar as obrigações legais da Concessionária.

10.1.3 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato através de servidor designado, na conformidade do disposto no art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

10.1.4 Notificar, por escrito, a Concessionária, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do Contrato, solicitando providências para regularização das mesmas.

9.2 Obrigações da Concessionária

9.2.1 Responsabilizar-se por possíveis adequações internas da área concedida necessárias ao bom e regular funcionamento das atividades a serem exploradas e demais meios indispensáveis e necessários às atividades fins.

9.2.2 Manter e conservar, às suas custas, os bens objeto desta Concessão, responsabilizando-se, inclusive, pela segurança do local.

9.2.3 Assinar o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a convocação pelo Poder Concedente.

9.2.4 Cumprir todas as cláusulas e condições deste Edital e do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, bem como demais atos administrativos decorrentes deste Edital.

9.2.5 Permitir aos encarregados da fiscalização do Município, durante o período da concessão, livre acesso, em qualquer época, à área objeto deste certame, para certificação de sua utilização.

9.2.6 Fornecer ao Município, sempre que solicitado, quaisquer informações e/ou esclarecimentos que sejam inerentes à relação contratual decorrente desta Concessão.

9.2.7 Cumprir a legislação vigente para a instalação de suas atividades, ou para o exercício delas, incluindo todas as providências necessárias à obtenção de alvarás, licenças ou demais exigências legais.

9.2.8 Pagar todos os tributos, emolumentos ou encargos que incidirem sobre o imóvel ou as atividades ou serviços desenvolvidos pela beneficiada com a concessão de que trata este



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORMAÇO
Av. Willibaldo Koenig, 864
C.N.P.J. 92.451.038/0001-07

certame, bem como despesas decorrentes da instalação, uso e manutenção dos bens imóveis.

- 9.2.9 Responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes de relações sociais, previdenciárias, civis, comerciais, fiscais, trabalhistas e previdenciárias, especialmente aquelas decorrentes do vínculo empregatício que firmar com seus empregados a fim de fornecer os empregos a que se propôs, eximindo o Poder Público Municipal de quaisquer responsabilidades, sejam elas solidárias ou subsidiárias.
- 9.2.10 Responsabilizar-se pelo cumprimento e observância da legislação ambiental, arcando com as reparações e recomposições em decorrência de eventuais danos causados ao meio ambiente em virtude da atividade econômica exercida no local, ficando o Município isento de qualquer tipo de responsabilidade, seja principal, acessória ou subsidiária.
- 9.2.11 Restituir o bem concedido após a vigência do contrato, ou havendo a rescisão antecipada do mesmo.
- 9.2.12 Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para definição do seu nome como beneficiária da indicada Concessão.

10 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1 O Município poderá revogar a presente Licitação por interesse público ou anulá-la por vício, ilegalidade, de ofício ou mediante provocação, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar;
- 10.2 Revogar o processo licitatório, atendendo ao disposto no art. 49, § 1º, da Lei nº 8.666/93;
- 10.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como, pelos danos e prejuízos, que a qualquer título causar Município de Estrela ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços contratados, respondendo por si e seus sucessores;
- 10.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os prazos referidos neste Edital em dia de expediente no Município de Estrela;
- 10.5 Todas as comunicações aos licitantes relativas ao presente Processo Licitatório serão consideradas como regularmente feitas se entregues ou enviadas por carta protocolada, por telegrama, fax ou e-mail, na sede ou representantes dos licitantes;
- 10.6 A Comissão poderá promover diligências de acordo com as disposições da legislação



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORMAÇO
Av. Willibaldo Koenig, 864
C.N.P.J. 92.451.038/0001-07

pertinentes para dirimir dúvidas e esclarecer aspectos que possam representar condicionantes a perfeita análise das propostas. Enquadra-se nesta estratégia, inclusive, a eventual solicitação de originais dos documentos, principalmente referentes a Regularidade Fiscal, os quais na medida das possibilidades dos Licitantes, deverão estar disponíveis para serem apresentados se solicitados, na sessão de abertura da documentação de habilitação;

- 10.7 Decairá o direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, à abertura dos envelopes com as propostas, que viciaria esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso;
- 10.8 Qualquer cidadão poderá impugnar os termos deste Edital, por irregularidade na aplicação da lei, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Comissão julgar e responder a impugnação em até 03 (três) dias úteis;
- 10.9 A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório, por este motivo, até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente, sendo-lhe proibido oferecer impugnação fora do prazo estabelecido no § 2º do art. 41 da Lei nº 8.666/93;
- 10.10 Onde o Edital for omissivo, prevalecerão os termos da lei nº 8666/93 e alterações, reservando-se ainda ao Município de Estrela, o direito de revogar ou anular no todo ou em partes o presente Edital, sem que dessa sua decisão possa resultar, em qualquer caso, reclamação ou indenização por parte dos licitantes;
- 10.11 Em seu julgamento, a Comissão de Licitação poderá desconsiderar simples omissões, erros e falhas formais sanáveis, desde que sejam irrelevantes e não prejudiquem o entendimento do conteúdo exigido nos Envelopes “Documentação” e “Proposta”.
- 10.12 Qualquer esclarecimento referente ao presente Edital poderá ser solicitado ao Setor de Licitações do Município.
- 10.13 Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal, subsequentes aos ora fixados.
- 10.14 Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório deverão ser apresentados em original, através de publicação em órgão da imprensa oficial, por qualquer



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORMAÇO
Av. Willibaldo Koenig, 864
C.N.P.J. 92.451.038/0001-07

processo de cópia autenticada por tabelião ou por servidor do Município. O processo de autenticação, por servidor municipal, poderá ser solicitado até às 16h do último dia útil anterior à data da licitação.

- 10.15 Os documentos que exigem assinatura deverão ser firmados pelo Representante Legal da empresa, devendo comprovar tais poderes.
- 10.16 Caso algum documento constante no envelope de proposta ou de habilitação não esteja assinado e o representante legal estiver presente à sessão, o representante poderá assiná-lo, sanando o eventual vício formal.

11 DA CONCESSÃO E DO INÍCIO DE PRAZO

- 11.1 A concessão decorrente desta Licitação será formalizada mediante celebração de Termo de Contrato de Concessão, cuja respectiva Minuta encontra-se presente no Anexo II-Minuta de Contrato deste Edital.
- 11.2 O presente Edital de Licitação e a proposta da Licitante vencedora serão parte integrante do Contrato a ser assinado, independente da transcrição.
- 11.3 Após Homologação e Adjudicação do objeto da licitação, a Licitante vencedora será convocada para, no prazo de até 10 (dez) dias, celebrar o Contrato, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no artigo 81 da lei federal n.º 8.666/93.
- 11.4 É facultado à Comissão de Licitação, quando a convocada não comparecer para assinar o Contrato no prazo e nas condições estabelecidas acima, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições do 1º (primeiro) colocado.
- 11.5 O Contrato será celebrado entre o Poder Concedente e a futura Concessionária.
- 11.6 Assinado o Contrato, dar-se-á início à contagem de prazo da Concessão, respeitando-se todas as especificações contidas no Anexo I - Projeto Básico, anexo ao presente edital.

12. DAS PENALIDADES E DA EXTINÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO

- 12.1 A inexecução total ou parcial do contrato poderá sujeitar a Concessionária, garantida a defesa prévia, às penalidades previstas no art. 87 da lei federal 8666/93, quais sejam:
- I. Advertência;
 - II. Aplicação de multa à concessionária de até 2% (dois por cento) do valor do contrato, a critério do poder concedente;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORMAÇO
Av. Willibaldo Koenig, 864
C.N.P.J. 92.451.038/0001-07

- III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Mormaço, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
 - 12.1.1 As sanções previstas nas alíneas “I.”, “III.” e “IV.” desta cláusula poderão ser aplicadas concomitantemente à penalidade prevista na alínea “II.”, observando a oportunidade de defesa prévia do interessado;
 - 12.1.2 A aplicação ou não das penalidades previstas não impede a rescisão unilateral do contrato por parte da Administração Municipal, nas situações previstas neste edital, no contrato de Licitação e na Legislação pertinente;
 - 12.1.3 Constituem motivos para a rescisão do contrato as causas previstas no art. 78 da Lei Federal n.º 8666/93, no que se aplica ao objeto desta licitação;
 - 12.1.4 A Concessão considerar-se-á extinta, observadas as normas legais específicas, quando ocorrer alguma das opções a seguir:
 - I. Término do prazo contratual;
 - II. Caducidade;
 - III. Rescisão;
 - IV. Anulação; ou
 - V. Falência da Concessionária.
 - 12.1.5 Em qualquer hipótese de extinção da Concessão, o Poder Concedente assumirá imediatamente a área concedida, de forma direta ou indireta, no intuito de garantir a sua manutenção e regularidade.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1 Das decisões da Comissão de Licitação caberá recurso, nos termos do artigo 109 da Lei Federal n.º 8.666/93, a ser encaminhado ao presidente da Comissão de Licitações.
- 13.2 As comunicações dos atos mencionadas neste Edital, especialmente atinente aos procedimentos da licitação, serão feitas pela Comissão de Licitação, mediante publicação no *site* oficial da Prefeitura e comunicado às licitantes por imprensa oficial, meio eletrônico ou via correio.
- 13.3 Os recursos interpostos, as impugnações ao Edital e outras comunicações das licitantes à



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORMAÇO
Av. Willibaldo Koenig, 864
C.N.P.J. 92.451.038/0001-07

Comissão de Licitação deverão ser feitas por escrito e formalmente protocolizadas, junto ao Setor de Protocolo, endereçadas ao Departamento de Compras e Licitações do Município.

- 13.4 As dúvidas surgidas na aplicação deste Edital, bem como os casos omissos, serão resolvidas pela Comissão de licitação, respeitada a legislação pertinente.
- 13.5 A Comissão de Licitação poderá proceder a inspeções, auditorias e realizar ou determinar diligências, a qualquer tempo, bem como valer-se de assessoramento técnico para se for o caso, esclarecer dúvidas e conferir informações e registros oferecidos pelas Licitantes.
- 13.6 Os termos dispostos neste Edital, as cláusulas e condições do Contrato e as constantes dos demais anexos complementam-se entre si, reportando um documento ao outro em caso de dúvidas ou omissões.
- 13.7 Elege-se o Foro da Comarca de Soledade-RS, para dirimir quaisquer dúvidas referentes ao contrato.

Mormaço, 03 de abril de 2023.

RODRIGO JACOBY TRINDADE
Prefeito Municipal